



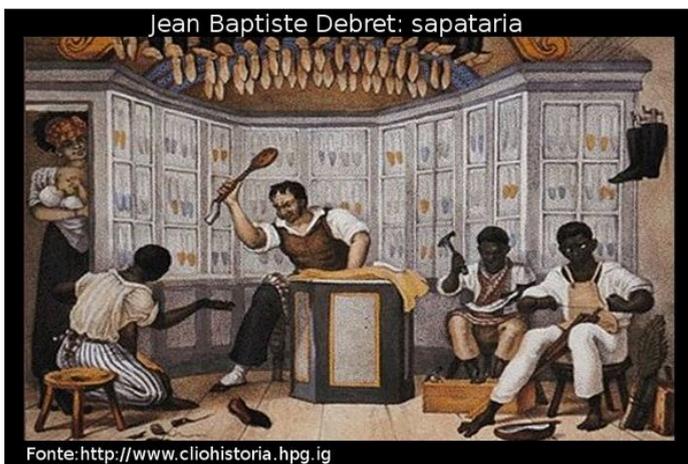
A maior parte da população era composta de africanos escravizados, que formavam a base da estrutura social. Eram considerados propriedade dos senhores e faziam praticamente todo o trabalho na colônia. Os escravos nas zonas rurais não tinham nenhum direito na sociedade e começavam a trabalhar desde crianças, aos 5 anos de idade.

As mulheres não participavam da vida política e tinham poucos direitos. Sua função limitava-se a cuidar da casa e dos filhos.

Os indígenas quase sempre viviam à margem da estrutura social, apesar das tentativas dos missionários de integrá-los à sociedade, por meio da catequese. Quando integrados, geralmente engrossavam a base social como escravos.

## A base da sociedade colonial

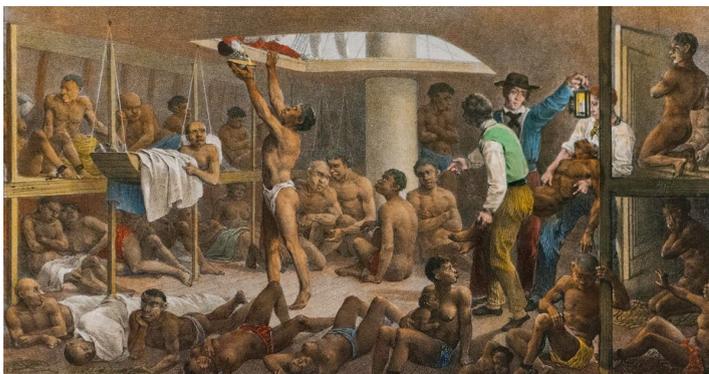
A base da sociedade colonial brasileira era formada pelos **negros escravos**. O trabalho compulsório, em processo de extinção na Europa, foi adotado no Novo Mundo dadas as condições da formação e consolidação do capitalismo comercial: no século XVI, o objetivo maior das potências europeias era o acúmulo de riqueza e, para atingi-lo, foi utilizado em diversas colônias da América, o **trabalho escravo**.



No caso português, a opção teve como incentivo a escassez de mão de obra livre pela falta de excedente populacional na metrópole que pudesse suprir as necessidades coloniais. Além disso, quem seria o trabalhador livre que, chegando ao território brasileiro e deparando-se com a imensidão de terra ociosa, estaria disposto a trabalhar em troca de um salário na propriedade de outros?

E ainda, o tráfico de africanos era um negócio altamente rentável para os mercadores lusos, que detinham o monopólio desse setor do comércio internacional.

## O tráfico escravista: negros num navio “túmbeiro”



"Os escravos são as mãos e os pés dos senhores de engenho", afirmava, em 1711, o jesuíta Antonil, observando a importância econômica dos escravos na sociedade patriarcal brasileira. Eram eles que **desempenhavam todas as atividades produtivas no universo do engenho**: trabalhavam nos canaviais, plantando e colhendo cana; cuidavam da transformação da cana em açúcar na fábrica dos engenhos; dedicavam-se a todas as atividades domésticas da casa-grande, como cozinheiras, costureiras, mucamas, cocheiros, amas de leite, moleques de

recado entre outras; mantinham, na maioria das vezes, uma roça de onde extraíam parte de sua subsistência; e tratavam dos animais e de todos os afazeres necessários à sobrevivência do engenho. Também nas cidades, os escravos eram responsáveis por todas as atividades que demandassem qualquer espécie de esforço físico.

A primeira leva de escravos africanos desembarcou no Brasil em 1550, no porto de Salvador. Ao longo do período colonial e até a extinção da escravidão no Brasil, **milhões de negros, capturados na África**

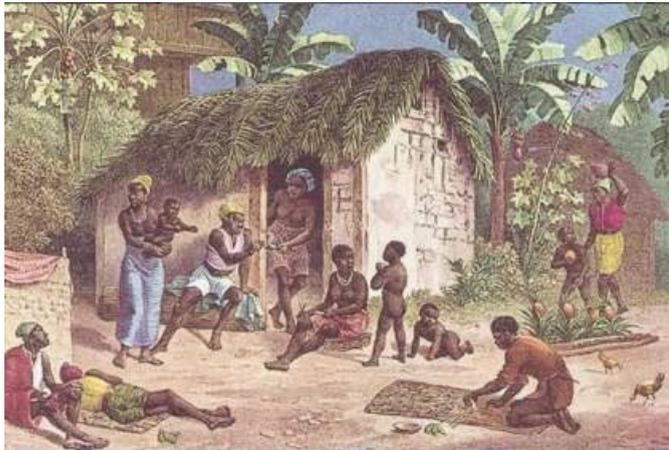
e transportados em tumbeiros, vieram para as terras brasileiras, para trabalhar nas mais diversas atividades econômicas.



Os principais grupos de africanos desembarcados no Brasil foram os sudaneses, originários da Nigéria, Daomé (hoje, Benin) e Costa do Ouro, contando com grupos islamizados, denominados malês, e os bantos, de Angola, Congo e Moçambique.

A mortalidade dos negros a bordo dos negreiros era bastante elevada, como demonstram os relatos de diversos observadores. Chegando ao Brasil, eram enviados a mercados, onde eram vendidos. Nesse momento, muitas famílias eram separadas, devido à preferência dos compradores pelos homens adultos.

Nos engenhos nordestinos, o trabalho dos escravos era vigiado pelos feitores, encarregados de castigar os negros faltosos. A jornada de trabalho, especialmente nas épocas de plantio e corte da cana, estendia-se por mais de 18 horas diárias, inclusive à noite. A alimentação, o vestuário, as habitações e os cuidados médicos nem sempre eram suficientes às necessidades dos escravos, que tinham uma baixa expectativa de vida. Para agravar a situação, eram frequentemente expostos a maus-tratos por parte dos senhores.



Os escravos brasileiros, porém, não aceitaram passivamente o peso da escravidão e desenvolveram inúmeras formas de resistência. A mais comum era a fuga, resultando, por vezes, na formação de quilombos (comunidades de negros fugitivos). Mas o suicídio, o aborto, o infanticídio, o assassinato de senhores e feitores, também eram comuns na sociedade colonial brasileira.

O mais importante símbolo de luta contra a escravidão em toda a história do Brasil foi o Quilombo dos Palmares (1600-1695). Liderados a

princípio por Canga Zumba e depois por Zumbi, os negros organizaram, em Alagoas e no sul de Pernambuco, um verdadeiro Estado livre. A invasão holandesa fez crescer a população do quilombo, que, ao longo do século XVII, resistiu às investidas dos proprietários e autoridades lusitanas.

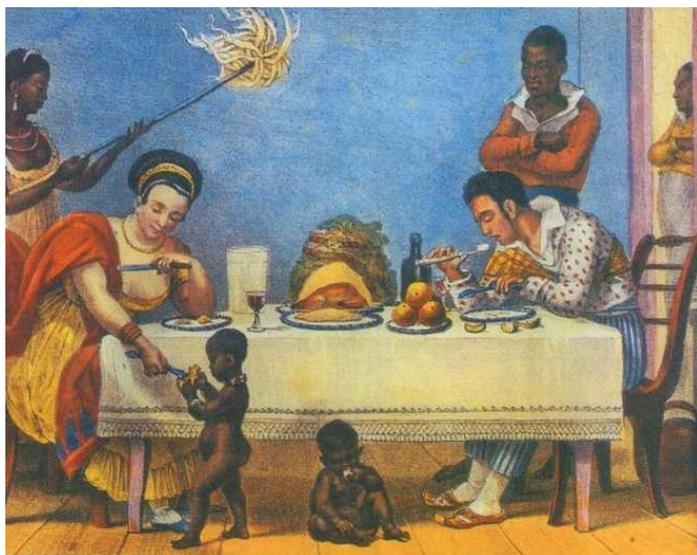
Em 1690, os portugueses decidiram organizar um ataque arrasador à cidadela africana. Para isso foi contratado Domingos Jorge Velho, conhecido por sua habilidade em destruir quilombos. Os negros, porém, não se mostravam dispostos à rendição e lutaram até às últimas consequências. A tática utilizada por Jorge Velho foi o cerco, imposto por muito tempo. Como isso não surtiu efeito, recorreu a outro estratagema: vestiu alguns negros com roupas contaminadas pelo vírus da varíola e fez com que fossem recolhidos pelos quilombolas. A doença espalhou-se rapidamente pela comunidade, o que tornou desesperadora a situação para os escravos, carentes de víveres e contaminados pela varíola.

Palmares, após intensa resistência, foi aniquilado em 1695. Zumbi, seu líder, foi capturado tempos depois, teve sua cabeça cortada e exposta em Olinda.

Entre os dois extremos da sociedade colonial, senhores e escravos, ficavam os libertos e os trabalhadores brancos. Alguns deles exerciam ofícios artesanais no campo e nas cidades (ferreiros, marceneiros, oleiros); outros possuíam alguma habilidade especial e, por isso, eram bem remunerados (os mestres de açúcar, por exemplo). Muitos libertos acabaram sendo utilizados na vigilância do trabalho dos escravos (feitores e capatazes e até capitães do mato). Havia também pequenos proprietários de terra, dependentes de um senhor de engenho, que plantavam cana para depois processá-la no engenho do rico proprietário, sem mencionar pequenos lavradores que se dedicavam ao cultivo de gêneros de subsistência em pequenas roças.

## O mandonismo local

Os senhores de engenho controlavam as Câmaras Municipais, que, entre outras funções, elaboravam as leis e fiscalizavam seu cumprimento. Exerciam **grande poder** em sua região, tanto sobre os escravos quanto sobre a população livre. Na prática, detinham mais poder na colônia que a própria Coroa portuguesa.



A maioria das pessoas era iletrada e não tinha **direitos políticos**. A Igreja católica, que exercera um papel de destaque nos projetos de expansão marítima, participava de **algumas decisões políticas da colônia**, assumindo por vezes a defesa dos interesses de indígenas ou dos colonos, ou então da metrópole, conforme a situação.

*Obra de Jean-Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831. O artista retratou a mulher, esposa e mãe no cotidiano da casa-grande ou dos assobradados das cidades coloniais.*

## A sociedade das minas

Em relação à “sociedade do açúcar”, a **sociedade na região das minas era mais urbana**, com **alguma mobilidade social**. A estrutura patriarcal estava sujeita a rompimentos, uma vez que era comum os homens partirem em busca de ouro, deixando a cargo das mulheres a direção dos negócios e da casa.

Uma **nova sociedade** se configurava. A **alforria de escravos** era estimulada pelos ideais franceses do **iluminismo**; surgiam **novas atividades**, como alfaiate, artesão, professor e comerciante, que passaram a constituir as camadas médias urbanas.

A cena urbana agitava-se com os debates de letrados eruditos e produções poéticas influenciadas pelo arcadismo europeu – que valorizava a simplicidade e a vida bucólica. O poder político, antes concentrado nas mãos dos senhores de engenho, passa a ser mais diretamente controlado pela Coroa.

Nessa nova sociedade começam a **germinar ideias de emancipação política**, movidas pela consciência cada vez maior da exploração colonial.

## A culinária colonial

A culinária colonial tem características muito simples, porém criativas: é rica a **combinação de elementos indígenas, negros e europeus**. A atividade agrícola nos primeiros anos da colonização era

muito rudimentar; os preços altos dos suprimentos vindos da Europa e a dificuldade de transportá-los para o interior da colônia contribuíram para a “reinvenção” das práticas alimentares.

Nos engenhos, as formas agrícolas foram mais bem adaptadas com o cultivo de feijão e mandioca nas lavouras próximas às de cana. A alimentação europeia foi reinventada, com a caça ao tatu, ao uru ou com a utilização de banana nas tortas. Cresceu o consumo de amendoim, coco, azeite de dendê e outros alimentos à base de mandioca para preparo de bolo, mingau, pirão, beiju; além do uso de milho para diversas receitas. As carnes mais consumidas eram de peixe, de porco e de caça, essas em geral sempre secas.

Esse tipo de alimentação era, em geral, feito para se comer sozinho, sem muitos rituais à mesa ou requintes. A situação de penúria dos colonos e a forte presença de escravos deixaram a culinária do período colonial mais trivial, com pouca sofisticação, mas elaborada para criar resistência no trabalho.

---

*CCO (Creative Commons Zero) – O autor renunciou a todos os direitos e o material pode ser usado livremente.*